

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Saldo do discurso

O ministro Fernando Haddad continuará falando da meta déficit zero. É um caminho de tentar segurar o menor déficit possível para o ano que vem, quando as pressões por gastos serão ampliadas. Especialmente, no primeiro semestre.

Haja Pix

Quem acompanha de perto o processo que está em julgamento no Tribunal Superior Eleitoral diz que pior do que o placar da condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro, pelo ato de Sete de Setembro de 2022, será a multa altíssima a ser cobrada do ex-presidente. Há quem esteja disposto a ampliar o que foi sugerido pelo relator.

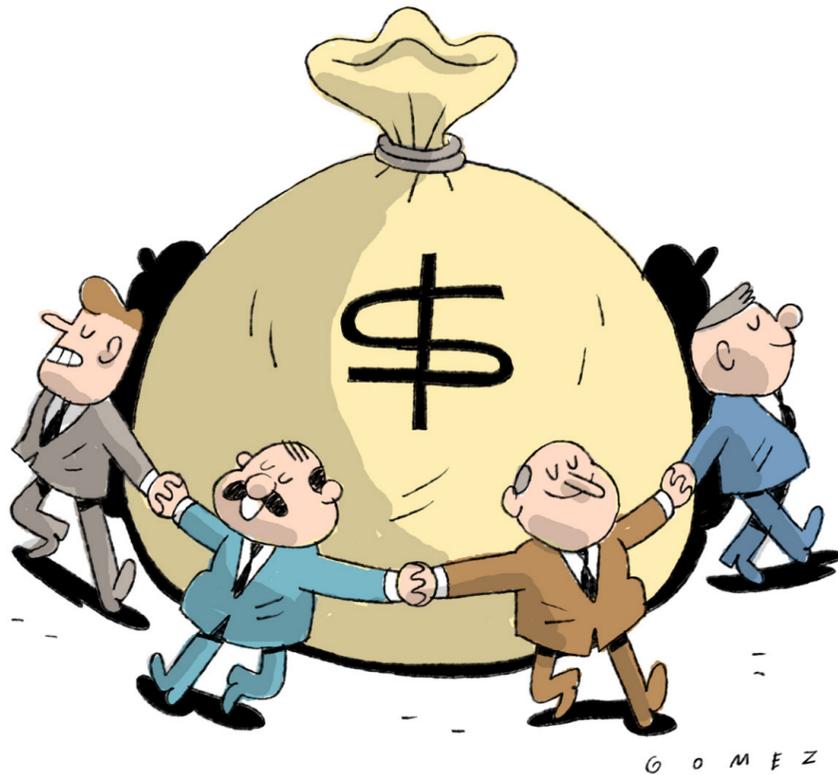
Cobre em 2026

No café com jornalistas no dia de seu aniversário, Lula foi cristalino: “Não fui eleito para provar que o ex-presidente era incompetente. Fui eleito para provar que, no nosso mandato, a gente vai fazer a coisa com mais competência e atender aquilo que é a expectativa da sociedade”. Resta saber quais expectativas o presidente conseguirá cumprir nos próximos três anos.

Licença para gastar

A maioria dos congressistas ficou eufórica com a fala do presidente Lula no café com jornalistas, sobre o déficit zero — “O Brasil não precisa disso”. É, que com o déficit zero, as despesas teriam que ser traçadas de acordo com as receitas. Agora, com a “liberação” de Lula, as emendas de bancada, para obra nos estados, serão mais generosas. Afinal, 2024 é ano eleitoral. Do PT ao PL, ninguém quer perder a chance de fazer bonito junto ao eleitorado.

Em tempo: essa avidez pelos gastos trará um embate que ganhará a força de um furacão no próximo mês, quando o Congresso começar a debater as fontes de financiamento dos projetos governamentais e das emendas parlamentares. Da parte do governo, a ideia é pegar os recursos das antigas emendas de relator do ano que vem para seus projetos. Os parlamentares discordam. Durma-se com um barulho desses no final do ano.



CURTIDAS

Tudo atrasado/ Com o prazo para troca de partido para concorrer às eleições municipais foi fixado em seis meses antes do pleito de 6 de outubro, o quadro só ficará mais claro depois da virada do ano.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Todos de olho.../ ... na Argentina. Ainda às vésperas do primeiro turno da eleição do país vizinho, no Fórum Internacional Esfera, em Paris, perguntaram à secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior (foto), se ela estava preocupada. “Como cidadã, estou preocupada”, dizia. No governo Lula, ninguém deixa de dar uma espiadinha em como está a escolha de nossos hermanos. Quem tem mais contato com os marqueteiros de Lula não deixa de ligar para saber de uma fonte de dentro da campanha de Sérgio Massa.

Por falar em Lula.../ Ao dizer no café com jornalistas que pretende viver até os 120 anos, o presidente Lula passou a seus mais fiéis aliados a ideia de que será candidato à reeleição. Embora ainda faltem três anos e haja uma eleição municipal no meio, a disposição é essa.

ONU pede trégua, mas.../ A avaliação de diplomatas brasileiros é de que a ONU não conseguirá arrancar essa trégua nem do Hamas e nem de Israel. A tendência é escalar o conflito.

SISTEMA FINANCEIRO

Uma casa suspeita de fraude

Instituição portuguesa com negócios no Brasil é alvo de auditoria. No Rio, Ministério Público investiga indícios de sonegação

» VICENTE NUNES
» CORRESPONDENTE

Divulgação/Santa Casa de Misericórdia de Lisboa



Santa Casa de Lisboa: instituição injetou 22 milhões de euros em empresa que ganhou licitação da Loterj, no Rio, e acumula dívidas fiscais

Lisboa — A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa foi criada há mais de cinco séculos com o intuito de cuidar dos mais necessitados. Nos últimos anos, porém, a instituição se envolveu em negócios nada republicanos no Brasil, num processo de internacionalização tocado, sem muito alarde, na gestão de Edmundo Martinho, substituído no cargo, em maio último, por Ana Jorge. Com base em uma auditoria que vem sendo realizada pela multinacional BDO e que deve se encerrar, no mais tardar, em novembro, pode-se afirmar que a entidade perdeu milhões de euros no país e viu seu nome envolvido em investigações tocadas pelo Ministério Público por crimes como sonegação fiscal, fraude contratual e golpes em apostas de jogos e loterias.

Dentro da Santa Casa de Lisboa, o clima é de perplexidade ante as informações que vêm sendo levantadas pelos auditores. Mas a ordem é não comentar nada oficialmente, até que todo o trabalho realizado pela BDO esteja concluído. O maior enrosco da Santa Casa de Lisboa no Brasil está no Rio de Janeiro. A instituição secular, que controla o sistema de jogos e loterias de Portugal, injetou cerca de 22 milhões de euros (R\$ 121 milhões), em 2021, na compra de parte da empresa MCE Intermediações e Negócios, que, meses antes, havia ganhado a licitação da Loterj, a empresa de loterias do Rio. A operação foi feita por meio da Santa Casa Global Brasil.

Apesar do grande valor movimentado na operação, segundo as investigações reveladas em primeira mão pelo jornal português “Público”, no contrato

registrado na Junta Comercial, o valor do negócio teria sido de 1,5 milhão de euros (R\$ 8,3 milhões). Em outro contrato, de aquisição de cotas da empresa, estão computados quase 5 milhões de euros (R\$ 27,5 milhões). O certo é que esses valores destoantes acenderam o sinal de alerta em Lisboa sobre uma possível fraude contratual. Não só. A compra, pela Santa Casa, de 55% do capital da empresa teria ocorrido mesmo diante das denúncias recebidas pelo Ministério Público do Rio de que os dois administradores da MCE, Marcelo Resende de Oliveira e Cristiano Junqueira, teriam transferido os ativos de melhor qualidade para outra firma, a MC Participações.

A direção da Santa Casa de

Lisboa também foi informada de que a sua representante no Brasil está tendo de arcar com a execução fiscal de dívidas não pagas pela MCE à Receita Federal e respondendo a processos na Justiça por prêmios que não foram entregues aos apostadores. Não se sabe, ainda, o montante desse passivo, mas as projeções apontam para a casa dos milhões. Outro ponto considerado um problema seríssimo é o emaranhado de participações societárias que foram criadas no Brasil. São pelo menos 5 empresas e 11 sócios pessoas físicas.

Nas operações em São Paulo, por exemplo, a Santa Casa Global Brasil entrou, março de 2022, como sócia da Santa Casa Capitalização, que já existia desde

2019. Posteriormente, essa firma ganhou outros dois sócios, dos quais não se sabe a origem: a Mr. Holding e a Xcl Holding. Não satisfeita, em março deste ano, a Santa Casa Global Brasil criou a EPV — Empresa de Promoção de Vendas, para vender loterias instantâneas vinculadas a planos de capitalização. Com a empresa, vieram outros sócios. Para técnicos que acompanham o caso com lupa, essa teia de participações acionárias é uma estratégia para burlar o Fisco e desviar recursos.

Conexão em Brasília

Os negócios da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa passam por Brasília. A MCE

Intermediações e Negócios, administrada por Marcelo Resende Oliveira e Cristiano Junqueira, é, na verdade, a Capital de Prêmios, que explora, no Distrito Federal, um sistema de capitalização na modalidade filantrópica que dá prêmios. Foi com essa marca, por sinal, que a MCE participou da licitação da Loterj, no Rio de Janeiro. Um dia antes de o governo fluminense abrir os envelopes com as propostas para a empresa responsável pelos jogos e loterias no estado, a Capital de Prêmios teve o seu patrimônio aumentado de R\$ 100 mil para R\$ 5 milhões, segundo apurou o Ministério Público do Rio.

Surpreendentemente, a MCE, ou Capital de Prêmios, venceu a licitação e assinou um contrato

de cinco anos com o governo do Rio, para receitas estimadas em R\$ 120 milhões nesse período. O MP do Rio assegura que a MCE, agora controlada pela Santa Casa Brasil Global, movimentou na mesma conta, numa agência do Bradesco em Brasília, recursos públicos e privados, ou seja, da Capital de Prêmios e da Loterj. A constatação do MP foi possível depois de vincular os laços de proximidades dos administradores da MCE com Lucas Tristão, que foi secretário de Desenvolvimento Econômico do Rio durante o curto mandato de Wilson Witzel, cassado por corrupção. A Loterj está debaixo do guarda-chuva desta secretaria. Procurados pelo **Correio**, os administradores da MCE não foram encontrados.

Foi de olho no mercado da Capital de Prêmios, cujo maior acionista é a Santa Casa Global Brasil por meio da MCE, que o Banco Brasília (BRB) se aproximou da instituição portuguesa. Em 31 de março deste ano, foi firmada uma parceria para a criação da BRB Loterias, com 50,1% do capital em poder do BRB e 49,9%, da Santa Casa. O Tribunal de Contas do Distrito Federal, no entanto, considerou o negócio muito suspeito e abriu investigação, que corre em sigilo. Temendo ser mais um escoadouro de dinheiro, a Santa Casa de Lisboa, sob nova direção, aproveitou a decisão do Tribunal para romper com o BRB. Caso desse continuidade na parceria, teria de desembolsar 14 milhões de euros (R\$ 77 milhões) ao banco.

Na quinta-feira (26/10), o BRB publicou fato relevante ao mercado informando que desistiu da parceria com a Santa Casa de Lisboa, mas que continuará buscando oportunidades no mercado de jogos e loterias.